RELATÓRIO E CONTAS

2017
ÍNDICE

ÍNDICE ......................................................................................................................... 2

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2017 ................................................................. 6

FUNDAÇÃO AGA KHAN PORTUGAL: 30 ANOS ............................................... 6

A FUNDAÇÃO AGA KHAN EM PORTUGAL ....................................................... 7

LINHA DO TEMPO ................................................................................................. 7

INFOGRAFIA 2017 .................................................................................................. 8

AReAS TEMÁTICAS ................................................................................................. 8

DESENVOLVIMENTO DA INFÂNCIA ................................................................. 9

EDUCAÇÃO ............................................................................................................. 10

SOCIEDADE CIVIL ................................................................................................ 11

INCLUSÃO ECONÔMICA ...................................................................................... 15

A FUNDAÇÃO AGA KHAN EM MOÇAMBIQUE ............................................. 17

INTRODUÇÃO E VISÃO DOS PROGRAMAS DA AKF MOÇAMBIQUE ............ 17

AGRICULTURA ........................................................................................................ 17

SOCIEDADE CIVIL ................................................................................................ 17

INCLUSÃO FINANCEIRA ..................................................................................... 18

EDUCAÇÃO ............................................................................................................. 18

SAÚDE ...................................................................................................................... 19

GÉNERO .................................................................................................................. 19

REALizações DE 2017 ............................................................................................ 19

DESAFIos ................................................................................................................ 20

PERSPECTIVAS DE FUTURO ............................................................................... 21

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO .......... 21

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA ............................ 23

DEMONSTRAÇÃO DAS AL TERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS ............... 24

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ...................................................... 25

Do período findo em 31 de dezembro de 2017 ............................................... 25

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 26
Nota 1. Identificação da Entidade
Nota 2. Referencial contábilístico de preparação das demonstrações financeiras
Nota 3. Principais políticas contábilísticas
Nota 4. Políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas e erros
Nota 5. Ativos fixos tangíveis
Nota 6. Estado e Outros Entes Públicos
Nota 7. Outros créditos a receber
Nota 8. Diferimentos
Nota 9. Outros Ativos Financeiros e Caixa e Depósitos Bancários
Nota 10. Fundos Patrimoniais
Nota 11. Outras dívidas a pagar
Nota 12. Serviços Prestados
Nota 13. Subsídios, doações e legados à exploração
Nota 14. Fornecimentos e Serviços Externos
Nota 15. Gastos com Pessoal
Nota 16. Outros Rendimentos
Nota 17. Outros gastos
Nota 18. Juros e rendimentos similares obtidos
Nota 19. Compromissos e Contingências
Nota 20. Eventos subsequentes
Nota 21. Proposta de aplicação do resultado líquido do período

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO
ACRÓNIMOS

AKF – Fundação Aga Khan
AKF (Prt) – Fundação Aga Khan Portugal
AKFM – Fundação Aga Khan Moçambique
AKDN – Rede Aga Khan para o Desenvolvimento
CPLP - (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa)
K’CIDADE - Programa de Desenvolvimento Comunitário Urbano (K’CIDADE)
ECD - Programa de Educação e Desenvolvimento da Infância (ECD)
PLF - Programa de Literacia Familiar Conto Contigo
AML – Área Metropolitana de Lisboa
OSC – Organizações da Sociedade Civil
SCML – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
PIC – Projetos de Inovação Comunitária
CLDS – Contratos Locais de Desenvolvimento Social
DLBC - Desenvolvimento Local de Base Comunitária
CML – Câmara Municipal de Lisboa
GABIP - Gabinete de Apoio ao Bairro de intervenção Prioritária
CAF – Comunidade Autofinanciada
IAC – Instituto de Apoio à Criança
UCF - Unidades de Saúde Familiar
DGE - Direcção-Geral de Educação
ACM - Alto Comissariado para as Migrações
FEINPT - Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros
CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego
CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
INR - Instituto Nacional de Reabilitação
ISS, IP - Instituto da Segurança Social
MTSS – Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
APEI - Associação de Profissionais de Educação de Infância
IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional
PEEA - Programa Nacional de Educação Estética e Artística
J&J – Johnson & Johnson
ME - Ministério da Educação
CRSP (M) - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural no Litoral de Cabo Delgado – Moçambique
FCG – Fundação Calouste Gulbenkian
PSAKFE - Prince Sadruddin Aga Khan Fund for the Environment
AC - Agricultura de Conservação
COeE - Centro Consultivo de Negócios de Cabo Delgado
CDA - Comités de Desenvolvimento da Aldeia
CBGS - Grupos comunitários de poupança
DPI - Desenvolvimento da Primeira Infância
CCC - Conselhos de coordenação pré-escolar de base comunitária
IABil - Instituto Agrícola de Bilibiza
ACS - Agentes Comunitários de Saúde
RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2017

FUNDACÃO AGA KHAN PORTUGAL: 30 ANOS

A Fundação Aga Khan (AKF) é uma agência da Rede Aga Khan para o Desenvolvimento (AKDN), conjunto de instituições que trabalham para a melhoria das condições de vida e oportunidades em regiões específicas do mundo, com mandatos que abarcam desde a saúde e a educação até ao desenvolvimento e a promoção da iniciativa privada. É uma pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública, constituída em 1983, tendo por objetivo a criação de soluções inovadoras e sustentáveis para problemas que inibam o desenvolvimento social, cultural e económico.


As principais fontes de financiamento da Fundação são as contribuições e donativos efetuados por Sua Alteza o Aga Khan, doadores nacionais, agências governamentais, instituições e fundações nacionais e internacionais.

Em Portugal, a Fundação desenvolve sua estratégia programática centrada em quatro temas, a saber, o desenvolvimento da infância, a educação, a sociedade civil e a inclusão económica.

A Fundação Aga Khan criou uma sucursal em Moçambique (Fundação Aga Khan Moçambique – AKFM), em 01/01/2001, a qual desenvolve atividades de caráter geral que coincidem com os fins da Fundação em Portugal.

Em Moçambique, continuou a desenvolver o Programa de Desenvolvimento Rural da Costa Litoral através de um protocolo com o Camões - Instituto da Cooperação e da Língua.

A Rede Aga Khan tem uma representação em Portugal, conforme Protocolo de Cooperação celebrado entre o Governo da República Portuguesa e o Imamat Ismaili publicado no DR – I Série A, de 15 de março de 2006. Nesse sentido a Representação da Rede Aga Khan para o Desenvolvimento em Portugal procura estreitar relações não só com o Governo de Portugal, mas também com outras representações diplomáticas e organizações de agências de AKDN em Portugal, ou fora de Portugal, assim como o bom estabelecimento das agências que ainda não se encontram a funcionar em Portugal. Entre outras atividades, a AKDN procura prosseguir ou dar início à materialização das iniciativas do Protocolo de Cooperação referido no parágrafo anterior, incluindo a sua carta anexa, bem como do:

- Protocolo Internacional de Cooperação entre o Imamat Ismaili e o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal;
- Protocolo de Cooperação entre a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) e a Rede Aga Khan para o Desenvolvimento;
- Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Imamat Ismaili
- Acordo entre a República Portuguesa e o Imamat Ismaili;
- Memorando de Entendimento entre a Universidade Aga Khan e a Universidade Católica Portuguesa;
- Acordo entre a República Portuguesa e o Imamat Ismaili para o Estabelecimento da Sede do Imamat Ismaili em Portugal.
A AKDN procura igualmente apoiar a Fundação Aga Khan na coordenação com órgãos de soberania e governamentais e colaborar com parceiros institucionais, como o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, e o Centro Norte Sul do Conselho da Europa, entre outros.

De um ponto de vista contabilístico, não existe, por enquanto, separação entre as contas da AKDN e as contas da Fundação Aga Khan.

A FUNDAÇÃO AGA KHAN EM PORTUGAL
LINHA DO TEMPO
Com base nos valores e princípios da AKDN ao longo destes mais de 30 anos a Fundação tem desenvolvido e implementado diversos projetos de investigação-ação, em conjunto com vários parceiros, nacionais e internacionais.

A metodologia de trabalho assenta em potenciar parcerias e redes, implementação e escalabilidade de modelos inovadores de intervenção. A Fundação conta com parcerias intelectuais e financeiras com organizações públicas, privadas e da sociedade civil, que comungam dos mesmos objetivos de desenvolvimento e dos mesmos princípios de atuação.

No ano de 2017 aprofundou-se o processo interno de reflexão sobre o portefólio, estrutura organizacional e modelo de governança da Fundação, com a correspondente definição de prioridades, metas e teorias da mudança, processo esse a concluir em 2018.

Relatório e Contas 2017
INFOGRAFIA 2017

São estes os números que expressam as realizações de 2017. Seguidamente apresentam-se com maior detalhe algumas das intervenções por área temática.

132.156

Pessoas

247

Organizações da Sociedade Civil

8.472

Seniores

1.693

Profissionais

373

Escolas

AREAS TEMÁTICAS

Dentro das áreas temáticas que orientam a intervenção da Fundação, existe um conjunto de subtemas e de intervenções que se esquematizam da seguinte forma:

O ano de 2017 veio consolidar a forma como a Fundação organiza a sua intervenção. Embora a pegada no terreno continue a caracterizar a sua intervenção, na experimentação de abordagens e de soluções participativas e plurais, em cada uma das áreas temáticas acima esquematizadas, é no ensejo de tornar o
conhecimento produzido acessível a terceiros e à possibilidade de escalar as intervenções, através de parceiros, que os maiores esforços da Fundação têm vindo a concentrar-se, desde 2017.

Algumas intervenções, quer na área do fortalecimento da sociedade civil, quer na área do desenvolvimento da infância, foram levadas para o Porto, sendo desenvolvidas por atores locais, que se apropriam das metodologias, desenvolvendo as atividades, cabendo à Fundação um papel de catalisador de vontades e de facilitador de processos.

Nas áreas do desenvolvimento da infância, da educação e do fortalecimento da sociedade civil, tem vindo a apostar-se na produção de cursos em vídeo, para abordagens em blended-learning, que aumentam a probabilidade de levar o conhecimento produzido a novos contextos, novos parceiros, maior número de profissionais e a mais beneficiários, aumentando, consequentemente, a escala das intervenções. Por outro lado, o recurso a abordagens formativas presenciais, tem permitido inspirar as práticas de profissionais diversos, da educação de infância à literacia, passando pela ação social participativa.

No âmbito da sociedade civil, o programa dos seniores tem vindo a demonstrar empiricamente os efeitos positivos da participação, na qualidade de vida das pessoas mais velhas.

DESENVOLVIMENTO DA INFÂNCIA

No âmbito da área temática do desenvolvimento da infância, destaca-se o trabalho realizado pelo Centro Infantil Olivais Sul (CIOS), que manteve e elevou a qualidade da sua intervenção beneficiando, em 2017, 160 crianças (4 meses a 5/6 anos) e 159 famílias. Salienta-se também o trabalho de transformação do CIOS num Centro Integrado – Criança, Família, Comunidade, alçado no projeto piloto INTESYS - Sistemas Integrados para a Infância - apoiar crianças e famílias em situação de vulnerabilidade.

Em setembro de 2017 o CIOS deixou de ter creche familiar. Não obstante, fruto da experiência de 8 anos de trabalho, foi possível conceber, validar e produzir recursos para a formação de profissionais, a saber: o Guia para Amas e outros cuidadores e o Manual do Formador. Foi constituída a Bolsa Nacional de Formadores (com 17 elementos) e realizados dois encontros. Será realizada, em 2018, a formação para 100 profissionais (amas e auxiliares de educação), em parceria com a Fundação Bissaya Barreto e a Associação de Profissionais de Educação de Infância (APEI).

A aposta no desenvolvimento profissional contínuo de profissionais de educação de infância, a trabalhar em Pedagogia-em-Participação, tem sido uma constante na ação do Programa. Em 2017 reforçou-se a formação interna no CIOS, tendo sido realizado um programa de intercâmbio entre este e os 3 centros apoiados com formação em contexto.

A formação de profissionais traduz-se, também, na oferta de formação pós-graduada em educação de infância, no Porto, com 19 alunos.

Iniciou-se ainda em 2017 uma parceria com o Movimento da Escola Moderna, consubstanciada no trabalho formativo em 2 agrupamentos de escolas (Rio de Mouro e Lisboa).

A Pedagogia-em-Participação será também tema de um curso de formação de formadores com previsão de início em outubro de 2018, para 24 profissionais (12 em Lisboa, 12 no Porto).
No que se refere ao programa de apoio à parentalidade, a Fundação prosseguiu com a sistematização de conhecimento para produção de recursos formativos e de apoio à implementação do Gerar.Te, a saber, Manual Introdotório para Profissionais, Guia de Implementação para Profissionais e Dossiê para as Famílias. O programa foi divulgado em eventos científicos nacionais, foi desenvolvida uma estratégia de comunicação e um modelo de negócio a aprofundar em 2018. A produção e validação de conteúdos e recursos e a sua publicação decorrerão em 2018.

Quanto ao programa de literacia familiar Conto Contigo (PLF), concluiu-se a produção, validação e publicação de todos os recursos, para a sua escala. Estes foram amplamente divulgados junto de bibliotecas públicas e privadas, apesar de algum atraso na implementação da formação de facilitadores, devido ao processo de acreditação da ação para docentes, a cargo da Rede de Bibliotecas Escolares através da Direção-Geral da Educação (DGE). A pedido da DGE foram formados 42 psicólogos em literacia familiar, leitura e escrita.

Ainda em 2017 foi iniciada a candidatura a um Título de Impacto Social com o Programa Integrado de Literacia, no qual se pretende uma intervenção precoce na educação pré-escolar e 1.º e 2.º ano do 1.º ciclo, combinando os dois programas da AKF: PLF e Clubes de Leitura e Escrita.

No conjunto das intervenções em desenvolvimento da infância foram abrangidas 2.469 pessoas.

EDUCAÇÃO

A qualidade em educação resulta de vários fatores – profissionais, currículo, envolvimento da família e comunidade, avaliação, governança e financiamento. Esta inscreve-se numa visão integrada e holística, que toca a educação formal e não formal. Assim, a par com o trabalho em educação de infância, procurou-se, em 2017, compreender as áreas prioritárias para o desenho do Education Improvement Programme, inspirados pela teoria da mudança do global education framework, definido para as agências da AKDN, mas também pela participação da Fundação no projeto da OCDE Skills 2030. Será ainda crucial o lançamento da iniciativa Schools 2030 – em parceria com a Universidade de Oxford – em que se conta mobilizar cerca de 100 escolas portuguesas no estudo longitudinal a 12 anos.

A Rede de Escolas para a Educação Intercultural (REEI) ambiciona aumentar a abrangência e a visibilidade dos valores do pluralismo, melhorando o ambiente e as práticas escolares. O Selo Escola Intercultural (SEI) é uma iniciativa integrada nas atividades da RERI.

Tal como previsto, em 2017, foram concluídos pelo consórcio ACM/DGE/AKF, os Termos de Referência da RERI no âmbito de um processo participado que envolveu equipas das 57 escolas/agrupamentos com o SEI. Apelou-se à manifestação de interesse desses mesmos estabelecimentos, para integrarem o primeiro grupo da RERI, tendo sido seleccionados 23.

Para viabilizar o acesso das escolas a financiamento do FAMI, o processo previsto de diagnóstico seguido pela elaboração de plano de ação RERI a 3 anos, por cada uma delas, sofreu um atraso significativo e não foi concluído em 2017. Por essa razão optou-se por lançar uma nova edição do Selo.

A Fundação colaborou em todos os momentos formativos e na organização da edição do Selo, mas considera em 2018 repensar uma intervenção mais directa com as escolas que permita consolidar os objetivos da RERI, sem depender das contingências dos parceiros, procurando dar um contributo mais relevante de modo a influenciar a melhoria da educação intercultural nos contextos educativos.
O Programa Nacional de Educação Estética e Artística (PEEA) compreende a implementação de um plano de intervenção em contexto escolar, no domínio das diferentes formas de arte. Esse plano abrange a formação de docentes em contexto de trabalho, a produção de conhecimento, a relação com instituições culturais e a divulgação através de plataformas de difusão cultural. A Fundação apoia este programa desde 2014, viabilizando em particular as três primeiras intervenções. Entre 2016 e 2017 foram criados e desenvolvidos alguns subprogramas bandeira da AKF:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Música em Melo Escolar ... CantAr-te</th>
<th>Dança em Contexto Escolar</th>
<th>Curadoria para a infância</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>RACNAD- Dançar ao contrário</td>
<td>Dança Passo a Passo</td>
<td>Um subprograma totalmente inovador em Portugal desenvolvido em parceria com o Museu Berardo.</td>
</tr>
</tbody>
</table>


Ainda em 2017 foram feitos os scripts e trabalho de recolha e montagem para a produção de 12 tutoriais para docentes nas áreas da música e da dança. Estes deverão ser concluídos em 2018 e produzidos mais recursos congéneres para artes plásticas e teatro.

No conjunto das intervenções da Fundação na área temática da educação foram abrangidas 22.111 pessoas.

SOCIEDADE CIVIL

O Programa de Desenvolvimento Comunitário Urbano K'CIDADE tem vindo a ser implementado na área Metropolitana de Lisboa, focando-se na mobilização e fortalecimento de pessoas e de organizações, para a ação coletiva, a caminho de uma sociedade plural com oportunidades para todos. A intervenção programática apela ao trabalho em rede e a processos participativos, que estimulam a convivência entre diferentes pessoas, catapultam a energia criativa das comunidades e criam o palco para a expressão de talentos, em resposta aos desafios globais contemporâneos e às necessidades locais mais específicas.

O ano de 2017 foi determinante na expansão da intervenção comunitária para a cidade do Porto. O projeto “Palcos para a Inclusão” consiste na apresentação do trabalho artístico desenvolvido por alunos com deficiência ou em situação de integração social do «Espaço T», junto de crianças, jovens e adultos residentes em bairros de habitação social das cidades do Porto, Trofa e Maia, com o objetivo de promover o diálogo entre pessoas diferentes, estimulando o desenvolvimento pessoal e interpessoal dos envolvidos, facilitando o reforço da coesão social. Realizado em parceria com a Câmara Municipal do Porto (Domus Social EM) e com a Fundação Belmiro de Azevedo, o projeto teve início no 4.º trimestre de 2017 e os seus espetáculos a partir de Outubro. Foram visitados 22 locais em 3 cidades (Porto 17; Maia 3 e Trofa 2), realizaram-se 22 ações (teatro 6; dança/música 4; canto 1; fotografia 1; expressão artística 6 e
tai chi 4), envolveram-se 133 alunos do “Espaço T”, 21 organizações e uma audiência de 1369 espectadores. Considera-se que existe um potencial de modelização e de disseminação.

No domínio do fortalecimento de organizações, continuou a desenvolver-se o Programa SIM - Sustentabilidade Impacto Mudança, numa parceria entre a Fundação e o Alto Comissariado para as Migrações (ACM). O SIM visa melhorar a sustentabilidade das associações cuja ação abranja população imigrante e seus descendentes, desenvolvendo um processo de capacitação que propõe formas muito práticas de aprendizagem e colaboração, incorporando a participação dos utilizadores no desenho das soluções e as tecnologias, na implementação. O blended-learning surge como abordagem pedagógica eleição, articulando formação a distância, para a qual são concebidos cursos em vídeo, com uma componente de formação presencial, para colocar em prática as aprendizagens. São 16 associações participantes. Associa-se ao projeto uma lógica de escala em cascata, através da capacitação das associações participantes para funcionarem como agentes multiplicadores, capacitando outras associações.

Em 2017 foi publicado um Guia sobre a implementação de PIC - projetos de inovação comunitária e desenhado o sistema de monitorização e avaliação do projeto. Ainda, foi lançado o curso em vídeo sobre apresentações eficazes (com 32 participantes), concluíram-se as filmagens, em língua portuguesa, de um curso em vídeo sobre OCA\(^1\), concluiu-se um script para um curso em vídeo sobre como mobilizar empresas para projetos sociais, em parceria com o GRACE (Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial). Também se deu início à produção de 3 scripts para cursos sobre Gestão Financeira, Planeamento Estratégico e Redes para a Empregabilidade, criou-se uma página do FB para o projeto com o objetivo de alavancar uma comunidade de práticas. Para 2018 está previsto o lançamento de 4 novos cursos em vídeo.

O Gabinete Local de Apoio a Bairros de Intervenção Prioritária (GABIP), é um mecanismo da Câmara Municipal de Lisboa, com o qual se pretende aproximar/adaptar instrumentos ou criar novas soluções, considerando especificidades locais. Na zona envolvente da avenida Almirante Reis, um local que se caracteriza por uma enorme diversidade de residentes, a gestão do GABIP é feita em parceria com a AKF.

Em 2017, envolveram-se cerca de 40 serviços/organizações (públicas, empresas e organizações não governamentais), num processo de diagnóstico e de elaboração de um plano de desenvolvimento local, tendo sido fortalecidas as competências organizacionais dos participantes pela colaboração entre organizações e moradores e pelo desenvolvimento de ações de mobilização de recursos. Em 2018 a concretização do plano irá associar-se a uma reflexão conjunta sobre a sustentabilidade de ações e futuras colaborações, depois do GABIP Almirante Reis concluir a sua intervenção.

O Grupo Comunitário da Liberdade e Serafina nasce em 2015 no seguimento do concurso de PIC - projetos de inovação comunitária, promovido no âmbito do CLDS + Vale de Alcântara. A partir deste desafio à participação da comunidade, moradores, organizações e poder local têm vindo a trabalhar conjuntamente, com foco nas prioridades e desafios das famílias, crianças e jovens do território. O grupo comunitário é atualmente constituído por 2 grupos de moradores informais, 12 organizações locais, 2 instituições públicas (Agrupamento de Escolas e a CML) e o poder local.

\(^1\) Do inglês Organisational Capacity Assessment ou seja diagnóstico de capacidade organizacional
O ano de 2017 foi um ano de afirmação da capacidade de intervenção em parceria e de reforço da confiança, a partir de 6 reuniões bimestrais. O modelo de funcionamento e a imagem do grupo foram também definidos e novos financiamentos e parcerias alavancadas.

Para 2018 pretende-se aumentar a participação dos moradores, e que o Grupo Comunitário se assuma como interlocutor chave na freguesia, influenciando publicamente a melhoria da qualidade de vida e oportunidades trazidas ao território. Prevê-se a definição coletiva de uma estratégia dirigida aos jovens, assente num modelo de educação não formal, com especial investimento na ligação escola-comunidade assim como o lançamento da Plataforma de Partilha de Recursos da Liberdade e Serafina, com o CLIP.

O CLIP - Recursos e Desenvolvimento é uma associação sem fins lucrativos que tem como missão fortalecer a ação de pessoas individuais e coletivas que promovam o desenvolvimento local. Surgiu como estratégia de sustentabilidade para a dinâmica comunitária e associativa na Alta de Lisboa, depois da saída do KCIDADE. Desenvolve formação em áreas de interesse para as associações de base local (ABL), gere uma plataforma de partilha de recursos, apoia a mobilização de recursos e oferece consultórios temáticos, lobby e advocacy. Atualmente conta com 102 associados: 48 em nome individual, 2 em representação de grupos informais e 54 coletivos, dos três setores da sociedade - empresas, sociedade civil e setor público.

A intervenção da Fundação passou por reforçar o papel do CLIP enquanto agente de fortalecimento organizacional, apoiar a consolidação do CLIP no contexto local e municipal (mobilização de recursos e de parcerias) e apoiar a consolidação de dinâmicas de governança participada.

No âmbito das intervenções da Fundação no domínio do português como língua adicional, surge o projeto Olá em Português, com uma oferta que surgiu do contacto com a população da zona do Alvito e da Pampulha (Lisboa) e da identificação da necessidade de desenvolver cursos de língua portuguesa que se realizassem numa lógica de proximidade e de adaptação à situação da comunidade imigrante recém-chegada à cidade de Lisboa e a esta zona.

A partir da parceria estabelecida com o CEPAC – Centro Padre Alves Correia, foi constituída uma bolsa de formadores com experiência de ensino de português a falantes de outras línguas, com o qual se deu início à definição dos conteúdos funcionais dos cursos, assim como das metodologias pedagógicas, horários e localização. Durante o ano de 2017, realizaram-se 4 cursos, abrangendo um total de 89 imigrantes de mais de 20 nacionalidades diferentes, com especial destaque para a nepalesa, india e paquistanesa. Estes cursos foram financiados ao abrigo do CLDS 3G do Vale de Alcântara e dos BIP-ZIP Fabrica Alcântara Mar (Alvito) e Pampulha Cria Valor (Pampulha).

Deste trabalho de proximidade com a comunidade e dos contactos feitos com as várias instituições foram sendo identificados outros desafios de acolhimento e integração nomeadamente as questões da legalização, acesso aos serviços de saúde ou interação com o sistema educativo. Estas necessidades levaram ao desenvolvimento de ações de sensibilização nas várias temáticas e na construção de um roteiro funcional local que agrega os contactos dos principais serviços (saúde, educação, transportes, bancos). A dimensão de trabalho no acesso aos serviços está a ser desenvolvida ao abrigo do projeto Vidas Plurais, financiado pelo FAMI/ACM, que terá continuidade até 2020.

No contexto das intervenções focadas na Inclusão dos Jovens, surge o projeto Moov Liberdade. Do trabalho realizado com o Liberdade Atlético Clube, desde 2015, foram identificadas duas oportunidades: a introdução de uma nova modalidade desportiva, que incentivasse a atividade física junto de rapazes e raparigas, abrangendo a faixa etária dos 6 aos 16, e a possibilidade de articulação da modalidade com
uma atividade de apoio ao estudo, feita em ligação com a escola e promovida pela ADM Estrela (parceiro de implementação do CLDS 3G do Vale de Alcântara), que trabalha com crianças e jovens, no local. A modalidade desportiva mista introduzida foi o Corfebol, levada a cabo por um morador e treinador experiente, em estreita ligação com os técnicos e voluntários do apoio ao estudo. Foi ainda possível garantir o financiamento de ambas atividades a partir de duas linhas de financiamento municipais em Lisboa - RAAML e “Desporto Mexe Comigo” - tendo contado com a participação de 29 crianças/jovens em treinos regulares (2 vezes por semana), com a participação em 5 torneios, 1 torneio país e filhos e em dois momentos de experimentação de outras modalidades, na sede de outros clubes do município.

Reconhecendo a existência de um desafio de acesso ao emprego por parte da população residente na zona envolvente da Almirante Reis (Lisboa), promoveu-se, em 2017, o encontro de um conjunto de organizações (IPSS’s, associações de refugiados, ONG, centro de formação profissional e empresas), estruturando-se um concurso de PIC - o DesEnvolve - que estimule o surgimento de idéias orientadas para a promoção da empregabilidade, dirigida a públicos desvinculados do mercado de trabalho convencional ou que se encontrem excluídos dos mecanismos de apoio existentes: trabalhadores do sexo, pessoas em situação de sem abrigo, imigrantes recém-chedados (indocumentados, refugiados). O concurso será lançado em 2018 esperando-se que contribua para o Plano Municipal Integração de Imigrantes.

A Carta para a Diversidade é um instrumento europeu, de adesão voluntária, que visa encorajar as organizações empregadoras a implementar e desenvolver políticas e práticas internas de promoção da diversidade, reconhecendo, compreendendo e valorizando a diversidade enquanto fator competitivo, fonte de inovação, resolução de problemas e promotor de maior envolvimento dos colaboradores. Lançada em 2016, atingiu as 200 organizações signatárias em 2017. A Fundação faz parte da Comissão executiva no papel de tesoureira e assegurando o secretariado. Tem vindo a representar a Carta em encontros com outras Cartas da UE, estabelecendo novas parcerias.

Durante o ano de 2017, realizaram-se diversas iniciativas, destacando-se o concurso Selo da Diversidade (com 29 candidaturas e 12 prémios atribuídos) e respetiva Gala da Carta Portuguesa para a Diversidade (100 pessoas). Foram lançadas 2 campanhas de comunicação com publicações na comunicação social e editada uma brochura com “Boas Práticas”. Foi concebida uma Caixa de Ferramentas para as organizações se tornarem mais inclusivas (a distribuir em 2018) e um instrumento de autodiagnóstico. Iniciou-se uma ação de formação de formadores sobre “Enviesamento Inconsciente” (41 pessoas de 31 organizações).

Para 2018 prevê-se, entre outras intervenções, a conceção de cursos em vídeo, o lançamento da caixa de ferramentas, o acompanhamento da implementação da carta dentro de um grupo “laboratório” com 24 organizações, a criação de uma associação e de um sistema de quotização e sponsorship.

O Programa Seniores, tem como missão a melhoria da Qualidade de Vida da População Sénior. Tem como objetivo abordar o fenômeno do envelhecimento demográfico combatendo a solidão, valorizando os seniores como ativos da comunidade, aumentando a participação e fortalecendo redes formais e informais de prestação de cuidados.

Na subárea Valorização da Pessoa Sénior como Recurso para Si e para a Sociedade dá-se valor aos saberes/competências/talentos, pela recolha de memórias, pela criação de grupos de interesse e promovendo a convivência entre gerações através de projetos intra e intergeracionais.
Destaque para o apoio a 6 grupos de interesses liderados por seniores (envolvendo cerca de 60 pessoas), desenvolvendo atividades como ginástica, inglês, artesanato, informática e clube de leitura. Destaca-se o evento *Entre Gerações* realizado no CIOS, que juntou vários grupos de seniores de diferentes localizações (incluindo um grupo da comunidade ismaili).

Em 2018, pretende-se consolidar os vários grupos e criar novos grupos no Pendão e em Porto Salvo e reforçar os projetos intra e intergeracionais. Será concluída a recolha de 40 memórias e a divulgação de 40 legados de 40 pessoas seniores inspiradoras.

Na subárea Fortalecimento das Redes de Suporte Formal e Informal, pretende-se adequar as respostas formais às necessidades identificadas, valorizar e fortalecer as redes de suporte informal e promover a articulação entre as respostas formais e as redes de suporte informal.

Em 2017 destaca-se a ação conjunta interinstitucional em vários grupos de trabalho (GT). Realza-se o desenvolvimento de 3 workshops de apoio a cuidadores pela Rede Apoio à Idade Maior (RAIM) da CSF de Queluz Belas, contando com a participação de 17 cuidadores, a realização da Feira do Cuidador pelo GT da Rede Social de Lisboa, com a participação de 171 cuidadores, a dinamização de 20 workshops envolvendo 20 instituições. Ainda, a realização do evento *Nós Cuidadores*, com a J&J Trust Fund, que possibilitou a partilha de experiências no apoio aos cuidadores familiares, networking e procura de soluções entre 33 técnicos de 26 organizações nacionais.

No conjunto das intervenções da Fundação na área temática da sociedade civil foram abrangidas cerca de 105.906 pessoas, das quais 8% se encontram na faixa etária de 65+.

**INCLUSÃO ECONÔMICA**

O Programa *RedEmprega Lisboa* – inspirado no trabalho desenvolvido pela Fundação na RedEmprega do Vale de Alcântara – é uma iniciativa conjunta da Fundação com a Associação Portuguesa de Emprego Apoiado e com a Câmara Municipal de Lisboa, em parceria com o IEF, que tem como objetivo aumentar a empregabilidade da população desempregada da cidade. Das 11 candidaturas apresentadas, foram seleccionadas 5 para integração na 1ª fase do Programa: 1) RedEmprega Centro Histórico; 2) RedEmprega Lisboa Oriental; 3) Real - Rede de Empregabilidade da Alta de Lisboa; 4) RED’EFE e 5) Grupo de Empregabilidade de Carnide. Foi igualmente promovida a articulação com a rede São Domingos Emprega e RedEmprega Vale de Alcântara, num total de 17 freguesias (70% das freguesias da cidade) e de mais de 100 entidades parceiras.

O Programa RedEmprega Lisboa desenvolveu um pacote formativo de 70h que permitiu aos técnicos desenvolver um Projeto de Incremento da Qualidade das respostas das redes onde estão incluídos. Foi também elaborado pela FUNDAÇÃO e pela APEA, um Guia de Apoio à Implementação das Redes de Empregabilidade, com os contributos de entidades como a RUMO, a AERUS e a Associação Empresarial de Sintra, atores centrais em muitas das redes de empregabilidade no distrito de Lisboa.

A Rede para a Empregabilidade de Sintra (RES) consiste numa intervenção integrada que mobiliza um conjunto de parceiros locais, tendo em vista melhorar as condições de acesso ao emprego das pessoas em situação mais vulnerável. Em 2017 alargou-se a mais duas freguesias e a mais população, a ação da RES. A entrada de novos parceiros – incluindo uma empresa – trouxe novo dinamismo à parceria, tendo sido realizado o IV Fórum da Rede de Empregabilidade de Sintra, em parceria com a Carta para a
Diversidade. Foi conduzido um exercício de OCA\(^2\) que evidenciou as dimensões a necessitar de fortalecimento, resultando num plano de melhoria. Reconhecendo a importância da ação da RES um dos parceiros contratou um recurso humano afeto a 100%.

Para 2018 irá apostar-se na consolidação da governança da RES, na elaboração do Plano Estratégico (resultante do OCA) que defina indicadores de sucesso e sustentabilidade, a consolidação do papel da Câmara Municipal de Sintra e do IEFP no compromisso para com a RES, e definição do papel das empresas como parceiro ativo da RES e a mobilização de novos parceiros para a área da formação.

Com o objetivo de aumentar o desenvolvimento cultural e a coesão social das comunidades, o projeto Oficina do Artesanato, enquadrado num financiamento pelo FAMI/ACM, procura desenvolver competências de criatividade, inovação e empreendedorismo, em comunidades onde o património cultural, individual e local, é valorizado, servindo de mote à criação e teste de serviços ou produtos. A intervenção desenvolve-se nos concelhos de Sintra (Transístorias e CatapultARTE) e Oeiras (Mais Sul) em parceria com a Faculdade de Arquitetura de Lisboa e com a Universidade de Évora. Estas oficinas envolveram semanalmente cerca de 60 pessoas, apoiando o desenvolvimento de 9 produtos.

<table>
<thead>
<tr>
<th>CatapultARTE com a Universidade de Évora</th>
<th>Mais Sul com a Universidade de Évora</th>
<th>Transístorias com a Faculdade de Arquitetura de Lisboa</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>O coletivo de artistas maioritariamente feminino e descendente de imigrantes, procura retratar as suas vivências através dos locais por onde passou, criando panos de autor. Estes panos são utilizados para o restauro de móveis, criação de mobiliário e de acessórios. As técnicas usadas são a fotografia e cianotipia.</td>
<td>Dirigido a jovens com mais de 16 anos, o objetivo é o de criar peças de vestuário e acessórios. Estudaram-se possibilidades de criação de motivos para estampagem, recorrendo à poesia visual (fotográfica), inspirada pelas diversas culturas do coletivo. Essas imagens foram transpostas para tecidos através da técnica da linogravura, tendo depois sido costuradas malas e mochilas.</td>
<td>Oficina local que incide sobre os desafios de artesãos, saberes e produtos culturais diversos. A oficina coloca em interação, artesãos de Sintra, de diferentes origens, e estudantes de design, que trabalham sobre a sustentabilidade de produtos, através da análise de situações reais do quotidiano.</td>
</tr>
</tbody>
</table>

No conjunto das intervenções da Fundação, no âmbito da inclusão económica, foram abrangidas cerca de 1.670 pessoas.

---

\(^2\) Do inglês Organisational Capacity Assessment, ou seja, diagnóstico da capacidade organizacional
A FUNDAÇÃO AGA KHAN EM MOÇAMBIQUE

INTRODUÇÃO E VISÃO DOS PROGRAMAS DA AKF MOÇAMBIQUE

A Fundação Aga Khan Moçambique (AKFM) está ativamente a implementar as suas actividades na Província de Cabo Delgado, desde 2001, através do seu Programa de Desenvolvimento Rural no Litoral (CRSP), uma iniciativa de programação multitemático que procura abordar as causas fundamentais da pobreza e do subdesenvolvimento na província assim como nas províncias da Nampula e Zambézia, tudo como parte da missão da AKDN.

O CRSP opera atualmente em quinze dos dezasseis distritos de Cabo Delgado, nomeadamente, Balama, Chilüre, Metuge, Nangade, Montepuez, Ibo, Macomia, Meluco, Quissanga, Mecufi, Pemba, Mocímboa da Praia, Mueda e Palma, porém a AKF tem alguma presença significativa em Nampula (Erâti, Meconta, Rapale, Mogovolas, Angoche, Moma, Lardè, Mongcual e Murrupula) e Zambézia (Gilé e Pebane), contudo, o foco de suas ações concentra-se nos 5 distritos chave, nomeadamente, Ibo, Macomia, Meluco, Metuge e Quissanga.

O programa da AKF concentra-se em seis áreas temáticas principais, nomeadamente:

AGRICULTURA

O CRSP trabalha com lojas rurais locais para melhorar o fornecimento de insumos necessários, tais como sementes e fornece treinamento para os agricultores sobre formas de melhorar o armazenamento das sementes.

O treinamento também é fornecido com métodos que permitem a redução das perdas pré e pós-colheita, bem como no aumento da disponibilidade de vacinas de gado, sobretudo galínáceos e pequenos ruminantes. Principais iniciativas na área da agricultura: 1. Projecto da Castanha de Caju, Moçambique/Mozambique Cashew Project – MozaCaju, financiado pelos United States Department of Agriculture (USDA) implementado em colaboração com a TechnoServe Mozambique). O projecto tem em vista aumentar a produtividade agrícola no sector do caju, fornecendo treinamento para melhorar as práticas agrícolas e tratamento pós-colheita, ampliando o acesso aos insumos, estabelecimento de viveiros; Expandir o comércio no sector de caju através de treinamento em normas sanitárias e fitossanitárias, certificação e rastreabilidade; facilitar as ligações de mercado; e cada vez maior acesso ao financiamento e investimento. 2. Aumento de Disponibilidade de Água para o Aumento de Produção e Nutrição/Increased Water Availability for Irrigation, mproved Production and Nutrition (WAIPRON). Financiado pela Embaixada do Japão, com o objectivo de Introduzir e fazer demonstração e treinamento em tecnologias e estratégias para a captura, retenção e utilização de água para produção de arroz e vegetais e o uso de materiais orgânicos como adubo na agricultura de conservação.

SOCIEDADE CIVIL

O projeto de CRSP sobre Envolvimento da Sociedade Civil focaliza-se principalmente em torno de apoio aos Comités de Desenvolvimento da Aldeia (CDA), uma estrutura local que tem como função a coordenação das iniciativas de desenvolvimento ao nível de cada aldeia e canaliza as preocupações desta às autoridades locais para ajudarem na sua solução. Os CDA são instituições de nível local, com uma liderança eleita, que exerce a sua função, liderando os processos comunitários para a identificação e mapeamento, de forma participativa, da visão que os membros da comunidade delinem para o futuro de suas aldeias.
Os CDA servem como elo de ligação principal com o governo local e distrital, assim como outros atores oficiais de desenvolvimento, incluindo o sector privado e recebem do CRSP uma capacitação para o seu funcionamento como instituição participativa e para desenhar propostas de projetos de desenvolvimento de pequena escala (por exemplo para reparação de estradas, de uma fonte de água, sistemas de irrigação da aldeia, etc.) Em paralelo a AKF implementa um programa de capacitação das Organizações da Sociedade Civil, sobretudo as redes de organizações nacionais (umbrellas) usando módulos em vídeo, que ajudam a reduzir substancialmente os custos da promoção das acções de capacitação das várias organizações e beneficiários. Esta metodologia ajuda as organizações nacionais a aumentarem o alcance das suas ações e interações com os seus membros e beneficiários. As iniciativas em curso nesta componente são: 1. Reforço de Prestação de Contas Públicas e Envolvimento Civil/Strengthening Public Accountability and Civil Engagement (SPACE II), com financiamento do Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil – (MASC). Este projecto a AKFM implementa em parceria com a OLIPA-ODES, uma organização local baseada em Nampula. Os objetivos desta iniciativa são potenciar as comunidades locais, através dos CDA, para liderarem acções eficazes em prol do desenvolvimento integrado. 2. Projecto “Juntos” (E-learning), implementado conjuntamente entre a AKF Portugal e AKF Moçambique, financiado pela Fundação La Caixa e Fundação Aga Khan, com o objetivo de empoderar as comunidades locais através de estabelecimento de Comitês de Desenvolvimento da Aldeia para a implementação efetiva de acções de desenvolvimento local; melhorar as ligações entre a procura e a oferta no processo de governação local; e estabelecer as fundações para a replicação e expansão do modelo.

INCLUSÃO FINANCEIRA

A inclusão financeira constitui em muitas comunidades o único mecanismo de acesso a operações financeiras (poupança, crédito, serviços financeiros) e é feita através dos CBSG-Community Based Saving Groups, formados de forma voluntária baseados em interesse comum de poupança, geralmente constituídos por entre 15 a 25 membros. As principais Iniciativas: 1. Projecto Piloto de Formação de Grupos de Poupanças Sustentáveis, com o financiamento do Financial Sector Deepening-Mozambique (FSD) em parceria com a Freedom from Hunger (FFH) e UX Information Technology. 2. ProPesca - Projecto de Grupos Comunitários de Poupanças nas comunidades de Pescadores de Cabo Delgado; financiado pelo Governo de Moçambique através dos fundos do IFAD, com o objetivo de formar um mínimo de 1.000 grupos de poupança na província de Cabo Delgado e dotá-los de conhecimentos em literacia financeira e com ligação às instituições financeiras formais.

EDUCAÇÃO

Nesta área, iniciativas em curso: 1. Desenvolvimento da Primeira Infância, O Programa de Desenvolvimento Integral da Criança em Idade Pré-escolar (DICPE); financiado pelo Governo de Moçambique através do Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) com apoio financeiro do Banco Mundial, com os objetivos de aumentar o acesso aos serviços de educação de primeira infância de qualidade entre as crianças menores de seis anos de idade que vivem em comunidades rurais e estabelecimento de bases para a prestação sustentável de serviços de DICPE baseados na comunidade. 2. Programa de Bolsas de Estudo, com financiamento Empresa Mitsui do Japão e Rede Aga Khan para o Desenvolvimento e o objetivo de providenciar bolsas de estudo do nível de licenciatura aos finalistas das escolas de Cabo Delgado especialmente raparigas e estudantes pobres das zonas rurais para frequentarem cursos nas universidades Moçambicanas para o estabelecimento de uma massa crítica de especialistas agrários, professores e líderes na Província. 3. Melhoramento do Instituto
Agrário de Bilibiza (IABil), financiado de forma combinado por: Fundação Cargill, Instituto Camões pra a Cooperação e da Língua e a Embaixada da Noruega e Fundação Aga Khan, com o objetivo de reforçar o sector da Agricultura através de graduados do Instituto Agrário de Bilibiza equipados com habilidades e competências para atuarem com sucesso como empresários de agro-negócios ou técnicos agrícolas nos sectores privado e governamental.

SAÚDE

A programação em saúde concentra-se principalmente na promoção de saúde materna, neonatal e infantil (SMNI), com um foco particular em intervenções para melhorar o estado nutricional. As iniciativas em curso são: 1. Nutrição Baseada na Comunidade, financiado pelo Governo de Moçambique com fundos do Banco Mundial com intuito de melhorar os atuais níveis de desnutrição crónica em oito distritos alvo, na Província de Cabo Delgado, através da geração de resultados nutricionais melhorados em mais de 80% dos cerca de 221.971 beneficiários diretos (mulheres grávidas e lactantes, crianças menores de 2 anos e adolescentes do sexo feminino). 2. Acesso aos Cuidados de Qualidade através do Fortalecimento dos Sistemas de Saúde (AQCESS), financiamento do Global Affairs Canada (GAC) e Fundação Aga Khan – Canada (AKF-C), com o objetivo de contribuir para a redução da mortalidade materna e infantil, melhorando a prestação dos serviços essenciais de saúde para as mulheres grávidas, mães e crianças menores de 5 anos; melhorando a utilização dos serviços essenciais de saúde pelas mulheres grávidas, mães e crianças menores de 5 anos e melhorando a disseminação e uso da informação e evidência de SMNI com os parceiros interessados, ao nível comunitário, distrital, provincial, nacional e internacional.

GÉNERO

O Género é abordado como um tema transversal que se destina a informar o trabalho de todos os componentes do programa, tanto através de uma maior inclusão das mulheres em actividades-chave do projecto, bem como através de esforços sustentados para reconhecer e enfrentar os desafios importantes relacionados com os papeis que mulheres e homens desempenham no processo de desenvolvimento, tais como a igualdade de oportunidades, de direitos e deveres entre homens e mulheres, o poder de decisão limitado das mulheres dentro a família e da sociedade, a desigualdade de acesso e usufruto do benefícios do desenvolvimento entre homens e mulheres, o casamento precoce e as altas taxas de abuso doméstico (entre outros). Todas as ações de género tem em vista promover a integração de género em todas as ações da Fundação Aga Khan implementando, caso necessário, ações de discriminação positiva que ajudem a elevar o estatuto socioeconómico e político das mulheres, incluindo acesso a postos de liderança e gestão.

REALIZAÇÕES DE 2017

Durante o ano de 2017, os programas de CRSP chegaram a um pouco mais de 35.000 beneficiários individuais diretos em Cabo Delgado, Nampula e Zambézia (excluindo a dupla contagem), o que representa uma redução significativa do número de beneficiários na ordem dos 30% em relação ao ano de 2016, devido ao fecho de alguns dos projetos que sustentavam o programa.

Principais realizações em 2017:
• Foram assistidos 68 Comitês de Desenvolvimento de Aldeia (CDA), os quais foram capacitados em matérias de liderança do desenvolvimento local, governação, gênero, elaboração e negociação de projetos de desenvolvimento, implementação de auditorias sociais.

• Foram formados e assistidos 300 Grupos Comunitários de Poupança (CBSG) envolvendo 5,068 Pessoas, sendo 2,117 Homens e 2,951 Mulheres. Desses 23 Grupos de Poupança distribuíram os fundos resultantes das suas poupanças que foram de um ciclo de 9-12 meses.

• Foi concluída a construção demais 35 escolinhas e assistidas todas as 64 escolinhas comunitárias em Chiúre e Macomia. Foram assistidos 39 grupos de mães com crianças entre os 0 e os 2 anos de idade envolvendo um total de 390 membros.

• Concluído 1 bloco residencial de 3 casas tipo-3 para os professores do IABil e iniciada a construção do segundo bloco. Dois professores e técnicos do IABil receberam uma formação em exercício nas áreas de gestão do Laboratório e Agrometeorologia no Instituto Politécnico de Bragança em Portugal, como parte de um acordo de colaboração entre as duas instituições. 60 Novos técnicos concluíram sua formação, acrescentando ao número global de 262 graduados nos últimos 5 anos.

DESAFIOS

Mesmo com o advento de exploração dos recursos naturais, nomeadamente o Gás Natural Liquefeito (LNG) da Bacia do Rovuma, em Palma, a exploração dos diamantes, grafite, etc., Cabo Delgado ainda não conseguiu colocar-se na posição que merece dentro da escala de classificação das províncias moçambicanas, pois a maioria dos indicadores sociais, económicos e de desenvolvimento continuam em níveis muito abaixo dos desejáveis.

Durante o ano de 2017 um novo desafio se instalou numa parte significativa da Província, nomeadamente nos distritos de Mocímboa da Praia, Palma e Nangade, instabilidade militar através de ataques a instituições públicas e privadas, assim como a cidadãos, provocando medo e receios, refletindo-se igualmente em algumas zonas dos distritos circunvizinhos, dificultando o acesso e a vida normal das comunidades nessas áreas. Este fenómeno afetou significativamente a capacidade dos programas alcançarem suas metas e objetivos para o ano.

Na área de promoção de igualdade de gênero, o elevado nível de analfabetismo entre as mulheres na Província continua a limitar a participação efetiva das mulheres no desenvolvimento da comunidade onde elas estão inseridas; o nível de escolaridade influi bastante no empoderamento individual, mas também no empoderamento coletivo. O analfabetismo ainda continua a ser um dos maiores entraves para a afirmação das mulheres.

Na área de educação de primeira infância, a conclusão das obras de construção de escolinhas em tempo previsto, aliado a depreciação do metical e consequente aumento de preços reais, sobretudo em Cabo Delgado, tem sido um desafio; outros desafios incluem garantir que comunidades assumam a gestão das escolinhas como precondição para a sustentabilidade da iniciativa e manter o quadro dos educadores comunitários a trabalhar nas escolinhas.
PERSPETIVAS DE FUTURO

As perspetivas para 2018 tem o seu foco na consolidação da qualidade dos resultados alcançados durante o ano de 2017, nomeadamente a qualidade de intervenção dos Comitês de Desenvolvimento de Aldeia (CDA) na articulação das preocupações e prioridades de suas comunidades com as autoridades governamentais e com o sector privado, a melhoria do seu entrosamento com as entidades locais de planificação descentralizada do desenvolvimento, nomeadamente os Conselhos Consultivos locais e a melhoria da qualidade dos processos de prestação de contas, tais como as Auditorias Sociais.

Na área de Educação, especialmente no Desenvolvimento da Primeira Infância, consolidação do trabalho dentro do Projecto DICIPÉ, concluindo os aspetos não pendentes e a capacitação dos atores governamentais (MINEDHE e grupo Multisserectorial) culminando com a passagem da gestão definitiva do projecto em 2019, isto aliado ao desenvolvimento de novas ideias e iniciativas para expandir o acesso aos serviços de Desenvolvimento de Primeira Infância na região Norte de Moçambique, particularmente nas zonas rurais de Cabo Delgado; no caso específico do Instituto Agrário de Bilbiza, a implementação do Plano Diretor de desenvolvimento do Campus terá o seu foco na conclusão de obras importantes de construção e/ou reabilitação de salas de aulas, dormitórios e sanitários, assim como o início de outras obras nomeadamente a construção do bloco administrativo e a reabilitação do último lote de salas de aulas e a conclusão da construção do segundo bloco de casas para professores; no plano docente-pedagógico, a capacitação do corpo docente e melhoria dos materiais de ensino-aprendizagem, incluindo a melhoria de disponibilidade de literatura relevante, equipamento dos laboratórios de informática e de solos; especial atenção será dada a capacitação da equipa de gestão da escola, incluindo os sistemas de gestão escolar, outrossim, a aquisição e ampliação do património territorial do IABIL merecerá um foco especial permitindo a obtenção de mais 200 hectares de terra arável para as atividades de produção e práticas escolares, a construção de mais um bloco de casas para docentes, a construção e reabilitação de salas de aulas, dormitórios, sanitários e bloco administrativo do IABIL.

Na área de saúde, capacitar o pessoal técnico em matéria de saúde materna neonatal e infantil, construção uma maternidade de raiz em Quissanga, elevar o Centro de Saúde de Metuge para atingir padrões de excelência, fazer pequenas reparações e reabilitações de Unidades Sanitárias, fornecer material médico-cirúrgico ao Centro de Formação de Pemba e nas unidades sanitárias.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO

O Conselho Nacional propõe que o resultado líquido positivo do período, no montante de 3,594,791 Euros, seja transferido para Reservas.
## BALANÇO
Do período findo em 31 de dezembro de 2017

### Expresso em Euros

<table>
<thead>
<tr>
<th>RUBRICAS</th>
<th>Notas</th>
<th>2017</th>
<th>2016</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>ATIVO</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Ativo não corrente</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Ativos fixos tangíveis</td>
<td>5</td>
<td>14,713,313</td>
<td>15,679,146</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros créditos a receber</td>
<td>7</td>
<td>2,456,565</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total do ativo</strong></td>
<td></td>
<td>17,169,878</td>
<td>15,679,146</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Ativo corrente</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Adiantamento a fornecedores</td>
<td></td>
<td>3,257</td>
<td>2,564</td>
</tr>
<tr>
<td>Estado e outros entes públicos</td>
<td>6</td>
<td>1,254</td>
<td>7,812</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros créditos a receber</td>
<td>7</td>
<td>2,194,333</td>
<td>912,762</td>
</tr>
<tr>
<td>Diferimentos</td>
<td>8</td>
<td>22,233</td>
<td>10,791</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros ativos financeiros</td>
<td>9</td>
<td>11,364,404</td>
<td>10,289,071</td>
</tr>
<tr>
<td>Caixa e depósitos bancários</td>
<td>9</td>
<td>4,272,446</td>
<td>4,828,344</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total do passivo</strong></td>
<td></td>
<td>17,857,927</td>
<td>16,051,444</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO

<table>
<thead>
<tr>
<th>FUNDOS PATRIMONIAIS</th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Fundos</td>
<td></td>
<td>16,795,134</td>
<td>16,795,134</td>
</tr>
<tr>
<td>Reservas</td>
<td></td>
<td>10,843,350</td>
<td>11,397,656</td>
</tr>
<tr>
<td>Outras variações nos fundos patrimoniais</td>
<td>(125,503)</td>
<td>(6,263)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Resultado líquido do período</td>
<td></td>
<td>3,594,791</td>
<td>(548,044)</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total do fundo de capital</strong></td>
<td></td>
<td>31,107,772</td>
<td>27,638,484</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### PASSIVO

<table>
<thead>
<tr>
<th>PASSIVO</th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Passivo corrente</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Fornecedores</td>
<td></td>
<td>49,772</td>
<td>113,811</td>
</tr>
<tr>
<td>Estado e outros entes públicos</td>
<td>6</td>
<td>90,575</td>
<td>88,002</td>
</tr>
<tr>
<td>Diferimentos</td>
<td>8</td>
<td>1,585,052</td>
<td>2,145,737</td>
</tr>
<tr>
<td>Outras dívidas a pagar</td>
<td>11</td>
<td>2,194,634</td>
<td>1,744,456</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total do passivo</strong></td>
<td></td>
<td>3,920,033</td>
<td>4,092,006</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</strong></td>
<td></td>
<td>35,027,806</td>
<td>31,730,490</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Lisboa, 30 de abril de 2018

O Presidente do Conselho Nacional
Carim Jaar

O Diretor Executivo
Karim Merari

O Contabilista Certificado
Karim Shamsudin

Relatório e Contas 2017  22
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA**
Do período findo em 31 de dezembro de 2017

<table>
<thead>
<tr>
<th>RENDIMENTOS E GASTOS</th>
<th>Notas</th>
<th>2017</th>
<th>2016</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Serviços prestados</td>
<td>12</td>
<td>189,293</td>
<td>202,984</td>
</tr>
<tr>
<td>Subsídios, doações e legados à exploração</td>
<td>13</td>
<td>14,042,654</td>
<td>8,907,170</td>
</tr>
<tr>
<td>Fornecimentos e serviços externos</td>
<td>14</td>
<td>(4,622,262)</td>
<td>(2,996,928)</td>
</tr>
<tr>
<td>Gastos com pessoal</td>
<td>15</td>
<td>(4,935,021)</td>
<td>(5,379,256)</td>
</tr>
<tr>
<td>Aumentos/reduções de justo valor</td>
<td>9</td>
<td>308,387</td>
<td>1,420,810</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros rendimentos</td>
<td>16</td>
<td>1,141,610</td>
<td>486,707</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros gastos</td>
<td>17</td>
<td>(1,499,338)</td>
<td>(2,178,846)</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</strong></td>
<td></td>
<td>4,625,323</td>
<td>462,641</td>
</tr>
<tr>
<td>Gastos / reversões de depreciação e de amortização</td>
<td>5</td>
<td>(1,032,969)</td>
<td>(1,011,081)</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</strong></td>
<td></td>
<td>3,592,354</td>
<td>(548,440)</td>
</tr>
<tr>
<td>Juros e rendimentos similares obtidos</td>
<td>18</td>
<td>2,437</td>
<td>396</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</strong></td>
<td></td>
<td>3,594,791</td>
<td>(548,044)</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Lisboa, 30 de abril de 2018

O Presidente do Conselho Nacional
Karim Jafar

O Diretor Executivo
Karim Maerali

O Contabillista Certificado
Karim Shamsudin
### DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS
Do período finalizado em 31 de dezembro de 2017

**Expresso em Euros**

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>Fundos</th>
<th>Reservas</th>
<th>Outras variações nos fundos patrimoniais</th>
<th>Resultado líquido do período</th>
<th>Total dos Fundos Patrimoniais</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>A 1 de janeiro de 2016</strong></td>
<td>16,795,134</td>
<td>12,585,777</td>
<td>(1,508)</td>
<td>(1,186,613)</td>
<td>28,192,790</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Alterações no período</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Diferenças de Conversão de Dem. Financiadas</td>
<td>(1,508)</td>
<td>(4,755)</td>
<td></td>
<td>(6,263)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Aplicação do resultado líquido</td>
<td>1,186,613</td>
<td>1,186,613</td>
<td></td>
<td>6,263</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Resultado líquido do período</strong></td>
<td>(1,188,121)</td>
<td>(4,755)</td>
<td></td>
<td>(548,043)</td>
<td>(548,043)</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Resultado extensivo</strong></td>
<td>(1,188,121)</td>
<td>(4,755)</td>
<td>638,670</td>
<td>27,638,484</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Operações com instituidores no período**

**Subsídios, doações e legados**

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>Fundos</th>
<th>Reservas</th>
<th>Outras variações nos fundos patrimoniais</th>
<th>Resultado líquido do período</th>
<th>Total dos Fundos Patrimoniais</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>A 31 de dezembro de 2016</strong></td>
<td>16,795,134</td>
<td>11,397,656</td>
<td>(6,263)</td>
<td>(548,044)</td>
<td>27,638,484</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Alterações no período</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Diferenças de Conversão de Dem. Financiadas</td>
<td>(6,263)</td>
<td>(119,240)</td>
<td></td>
<td>(125,503)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Aplicação de resultados</td>
<td>(548,044)</td>
<td>(548,044)</td>
<td></td>
<td>125,503</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Resultado líquido do período</strong></td>
<td>(554,307)</td>
<td>(119,240)</td>
<td></td>
<td>4,142,835</td>
<td>31,107,772</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Resultado extensivo</strong></td>
<td>(554,307)</td>
<td>(119,240)</td>
<td>4,142,835</td>
<td>31,107,772</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Operações com instituidores no período**

**Subsídios, doações e legados**

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>Fundos</th>
<th>Reservas</th>
<th>Outras variações nos fundos patrimoniais</th>
<th>Resultado líquido do período</th>
<th>Total dos Fundos Patrimoniais</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>A 31 de dezembro de 2017</strong></td>
<td>16,795,134</td>
<td>10,843,359</td>
<td>(125,503)</td>
<td>3,594,791</td>
<td>31,107,772</td>
</tr>
<tr>
<td>RUBRICAS</td>
<td>2017</td>
<td>2016</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>----------</td>
<td>------------</td>
<td>------------</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Recebimentos de Fundadores, outras agências e utentes</td>
<td>14,179,587</td>
<td>11,172,491</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Pagamentos a fornecedores</td>
<td>(5,946,766)</td>
<td>(3,463,029)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Pagamentos ao pessoal</td>
<td>(4,933,038)</td>
<td>(5,358,085)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Caixa gerada pelas operações</td>
<td>3,299,784</td>
<td>2,351,377</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Outros recebimentos/pagamentos</td>
<td>81,100</td>
<td>193,110</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Fluxos de caixa das atividades operacionais</strong></td>
<td>3,380,884</td>
<td>2,544,487</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Fluxos de caixa das atividades de investimento</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Pagamentos respeitantes a:</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Ativos fixos tangíveis</td>
<td>(74,440)</td>
<td>(141,012)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Empréstimo concedido</td>
<td>(2,446,040)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Recebimentos provenientes de:</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Juros e rendimentos similares</td>
<td>2,437</td>
<td>396</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Fluxos de caixa das atividades de investimento</strong></td>
<td>(2,518,043)</td>
<td>(140,616)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Recebimentos provenientes de:</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Financiamentos obtidos</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Realizações de fundos</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Cobertura de prejuízos</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Doações</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Outras operações de financiamento</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Pagamentos respeitantes a:</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Financiamentos obtidos</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Juros e gastos similares</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Dividendos</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Reduções de fundos</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Outras operações de financiamento</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Variação de caixa e seus equivalentes</strong></td>
<td>862,841</td>
<td>2,403,872</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Efeito das diferenças de câmbio</td>
<td>(343,407)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Caixa e seus equivalentes no início do período</td>
<td>15,117,415</td>
<td>12,713,544</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Caixa e seus equivalentes no fim do período</td>
<td>15,636,850</td>
<td>15,117,415</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

O presente Anexo, relativo ao período econômico que termina a 31 de dezembro de 2017 procede à compilação das divulgações que a Fundação Aga Khan Portugal (incluindo a sua sucursal em Moçambique) considera que deve ser relatada, face ao exigido pelo normativo que lhe é aplicável, as NCRF-ESNL.

Nota 1. Identificação da Entidade

A Fundação Aga Khan Portugal é uma pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública, constituída em 1983, com sede no Centro Ismaili, Av. Lusíada, 1, 1500-650, tendo por objetivo a criação de soluções inovadoras e sustentáveis para problemas que inibem o desenvolvimento social, cultural e econômico.


Por sua vez, em 01/01/2001, a Fundação Aga Khan Portugal criou uma sucursal em Moçambique (Fundação Aga Khan Moçambique – AKFM) a qual desenvolve atividades de caráter geral que coincidem com os fins estatutários da Fundação em Portugal.

A Fundação Aga Khan dispõe de uma página de internet com o seguinte endereço www.akdn.org/portugal na qual são apresentadas informações acerca das suas atividades de âmbito nacional e internacional.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho Nacional na reunião de 30/04/2018. É opinião do Conselho Nacional que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as atividades da Fundação, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

Nota 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Bases de preparação

As demonstrações financeiras da Fundação foram preparadas de acordo com o regime de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), conforme disposto no Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março, o qual faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, ambos com a redação dada pelo Decreto-lei n.º 98/2015, de 2 de junho. O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso nº 8259/2015 de 29/07 – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL);
- Portaria nº 218/2015 de 23/07 – Código de Contas específico para as Entidades do Sector Não Lucrativo (CC-ESNL);

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com a normalização contabilística para entidades do sector não lucrativo requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo de determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Fundação, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho Nacional e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros
pode diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.11.

2.2 Derrogação das disposições da normalização contabilística para entidades do sector não lucrativo (ESNL)

Não existiram, no decorrer do exercício a que se refere estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pela normalização contabilística para entidades do sector não lucrativo (ESNL).

2.3 Comparabilidade das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Fundação Aga Khan Portugal relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respetivo suporte documental, mantidos de acordo com a legislação em vigor.

No exercício de 2017, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 936-A/2011, de 09 de Março e na portaria 105/2011, de 14 de Março, as demonstrações financeiras da Fundação continuaram a ser preparadas de acordo com a normalização contabilística para entidades do sector não lucrativo (ESNL).

A partir do exercício de 2015 todas as operações efetuadas pela Fundação Aga Khan Moçambique bem como os seus ativos e passivos, passaram a ser integrados nas demonstrações financeiras da Fundação Aga Khan Portugal.

Nota 3. Principais polícias contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os custos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos.
As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme se apresenta:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Classe de Bens</th>
<th>Anos</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Edifícios e Outras Construções</td>
<td>20</td>
</tr>
<tr>
<td>Mobiliário de escritório</td>
<td>8</td>
</tr>
<tr>
<td>Equipamento Administrativo</td>
<td>4-5</td>
</tr>
<tr>
<td>Equipamento Informático</td>
<td>3-4</td>
</tr>
<tr>
<td>Equipamento de Transporte</td>
<td>4</td>
</tr>
<tr>
<td>Ativo Fixo Intangível</td>
<td>3</td>
</tr>
</tbody>
</table>

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada período de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contábilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.2 Imparidade de ativos

Os ativos com vida útil finita são testados por imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Fundação avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo e, se for esse o caso, registar a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.3 Ativos e Passivos financeiros

O Conselho Nacional determina a classificação dos ativos e passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 — Instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados/mensurados como:

(a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
(b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração dos resultados.

A Fundação classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos e passivos financeiros: i) cujo prazo seja à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno ou reembolso seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a alteração do valor nominal e do juro acumulado, como sejam os empréstimos concedidos e obtidos, contas a receber e a pagar (clientes, fornecedores e outros devedores e credores, etc.) e instrumentos dos Fundos patrimoniais bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma flávia.

Os ativos financeiros que não cumprem com as condições para serem mensurados ao custo amortizado ou os ativos financeiros que constituem instrumentos de Fundo patrimoniais cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação, bem como os passivos financeiros remanescentes, são classificados e mensurados ao justo valor. As variações de justo valor são registadas nos resultados do exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa, casos em que são registadas em Fundo patrimoniais.

A Fundação avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando se extinguem, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato é liquidada, cancelada ou expira.

3.4 Outras contas a receber

A rubrica de outras contas a receber é reconhecida inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensurada ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável).

As perdas por imparidade das contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transacção. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica “financiamentos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.6 Locações

Eventuais locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a Fundação detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.
As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Empréstimos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Nas locações operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.7 Subsídios

O rédito dos subsídios deve ser mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou por a receber, a qual, em geral, é determinada por acordo entre a entidade e os seus financiadores. Estes montantes são registados na demonstração dos resultados na rubrica “Subsídios, doações e legados à exploração”.

O rédito inclui somente os influxos brutos dos contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade recebidos e a receber pela entidade.

As comparticipações financeiras atribuídas pelo fundador são destinadas a fazer face às despesas da atividade da Fundação. São registadas na rubrica de “Subsídios, doações e legados à exploração” no período a que respeitam, independentemente da data do seu recebimento.

3.8 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou por a receber, compreendendo os montantes faturados nas prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal, sendo a diferença reconhecida como rédito de juros.

3.9 Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios, independentemente da data/momento do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.10 Imposto sobre o rendimento

A Fundação na qualidade de instituição de utilidade pública, encontra-se isenta do pagamento de imposto sobre o rendimento (ver nota 1).

3.11 Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Fundação são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho Nacional, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:
A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Fundação, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Fundação.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho Nacional no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Provisões

A Fundação analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Devedores e credores por acréscimos

A determinação dos acréscimos a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício é definida de acordo com o melhor julgamento do Conselho Nacional, considerando a informação existente à data bem como o conhecimento histórico obtido.

3.12 Saldos e transações em moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras estão mensurados na moeda do ambiente económico em que a Fundação opera (moeda funcional), o euro. As demonstrações financeiras da Fundação e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros.

As transações em moeda estrangeira são convertidas em Euros utilizando taxas de câmbio que se aproximam das taxas oficiais vigentes à data das respetivas operações.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e aquelas em vigor na data das cobranças ou pagamentos, ou à data do balanço, são registradas como ganhos ou perdas na demonstração dos resultados do exercício.

As cotações utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Moeda</th>
<th>2017</th>
<th>2016</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>USD</td>
<td>1.1993</td>
<td>1.0541</td>
</tr>
</tbody>
</table>

3.13 Conversão de demonstrações financeiras de sucursal estrangeira

A Fundação tem uma sucursal em Moçambique a qual elabora as suas demonstrações financeiras utilizando uma moeda distinta do euro. Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras da referida sucursal são mensurados utilizando o Dólar dos Estados Unidos (USD). As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de relato da Fundação.

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras da sucursal de Moçambique são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço. Os rendimentos, gastos e fluxos de caixa dessas
demonstrações financeiras são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no período. A diferença cambial resultante da conversão é registada no capital próprio na rubrica “Outras variações no capital próprio – diferenças de conversão de demonstrações financeiras”.

As cotações utilizadas para conversão para euros das demonstrações financeiras da sucursal de Moçambique foram as seguintes:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Dólar dos Estados Unidos (USD)</th>
<th>31/12/2017</th>
<th>31/12/2016</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Câmbio médio do período</td>
<td>1.13</td>
<td>1.11</td>
</tr>
<tr>
<td>Câmbio do fim do período</td>
<td>1.20</td>
<td>1.05</td>
</tr>
</tbody>
</table>

3.14 Eventos Subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Nota 4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

No período abrangido por este relatório não ocorreram alterações nas políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros, para além das decorrentes da adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.
As aquisições de ativos fixos tangíveis no exercício de 2017, na rubrica Equipamento Administrativo estão essencialmente relacionadas com material informático, mobiliário e outro equipamento administrativo, no âmbito dos programas. As adições na rubrica Edifícios e Outras Construções referem-se a obras de manutenção dos espaços onde a Fundação opera. A rubrica Equipamento de Transporte inclui veículos adquiridos no âmbito dos programas de Moçambique.

Os abates efetuados resultam de um processo de verificação física realizada anualmente no âmbito do qual procedeu-se a uma reconciliação entre os bens físicos e os constantes nos mapas contabilísticos. Desse processo resultou a identificação de diversos bens inexistentes fisicamente e outros totalmente deteriorados. Estes bens apresentavam um valor líquido contabilístico irrelevante.

### Tabelas

#### Nota 5. Ativos fixos tangíveis

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>Terrenos e Rec Naturalis</th>
<th>Edifícios e Outras Construções</th>
<th>Equipamento Administrativo</th>
<th>Equipamento de Transporte</th>
<th>Total</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Custo de aquisição</strong></td>
<td>8,710,198</td>
<td>21,732,263</td>
<td>819,202</td>
<td>88,013</td>
<td>31,344,776</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Depreciações acumuladas</strong></td>
<td>(14,940,232)</td>
<td>(690,497)</td>
<td>(44,960)</td>
<td>(15,675,830)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Valor líquido a 1 de Janeiro de 2017</strong></td>
<td>8,710,198</td>
<td>6,797,139</td>
<td>128,704</td>
<td>43,114</td>
<td>15,679,146</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Adições</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>73,821</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Transferências e abates</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>(29,562)</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Depreciação - exercício</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>(29,562)</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Depreciação - transf. e abates</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>(1,032,969)</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Efeito Cambial</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>29,179</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>6,302</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### Relatório e Contas 2017

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>Terrenos e Rec Naturalis</th>
<th>Edifícios e Outras Construções</th>
<th>Equipamento Administrativo</th>
<th>Equipamento de Transporte</th>
<th>Total</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Custo de aquisição</strong></td>
<td>8,710,198</td>
<td>21,330,771</td>
<td>684,385</td>
<td>89,526</td>
<td>31,614,880</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Depreciações acumuladas</strong></td>
<td>(14,201,380)</td>
<td>(644,914)</td>
<td>(22,883)</td>
<td>(14,868,852)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Valor líquido a 1 de Janeiro de 2016</strong></td>
<td>8,710,198</td>
<td>7,049,694</td>
<td>39,471</td>
<td>66,669</td>
<td>16,746,038</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Adições</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>141,790</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Transferências e abates</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>(403,052)</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Depreciação - exercício</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>(1,011,081)</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Depreciação - transf. e abates</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>204,303</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Efeito Cambial</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>(1,513)</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1,158</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### 31 de Dezembro de 2016

|                         | 8,710,198                | 6,093,834                      | 128,705                    | 43,114                    | 15,679,146 |
| **Custo de aquisição**  | 8,710,198                | 21,732,363                     | 819,202                    | 88,013                    | 31,354,776 |
| **Depreciações acumuladas** | (14,940,232)            | (690,497)                      | (44,960)                   | (15,675,830)             |
| **Valor líquido a 31 de Dezembro de 2016** | 8,710,198                | 6,797,130                      | 128,705                    | 43,114                    | 15,679,146 |
Nota 6. Estado e Outros Entes Públicos

A Fundação possui saldo a receber do Estado no valor de 1,254 Euros (2016: 7,812 Euros) referente ao IVA a recuperar correspondente a aquisição de bens e serviços no âmbito da sua atividade enquanto IPSS e ao abrigo da legislação em vigor.

A Fundação não é devedora de quaisquer contribuições vencidas à Segurança Social e não existem dívidas em mora ao Estado.

O saldo credor do Estado e Outros Entes Públicos detalha-se como se segue:

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>2017</th>
<th>2016</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>IRS</td>
<td>39,166</td>
<td>37,756</td>
</tr>
<tr>
<td>TSU</td>
<td>51,130</td>
<td>50,043</td>
</tr>
<tr>
<td>FCT/FGCT</td>
<td>279</td>
<td>203</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>90,575</td>
<td>88,002</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Nota 7. Outros créditos a receber

A rubrica de Outros créditos a receber detalha-se como se segue:

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>2017</th>
<th>2016</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Corrente</td>
<td>Não Corrente</td>
</tr>
<tr>
<td>AKF Inter-companhias</td>
<td>718,872</td>
<td>254,233</td>
</tr>
<tr>
<td>Parceiros KCIDADE</td>
<td>514,829</td>
<td>109,524</td>
</tr>
<tr>
<td>Parceiros ECD</td>
<td>6,072</td>
<td>3,189</td>
</tr>
<tr>
<td>AKES Moçambique</td>
<td></td>
<td>2,456,565</td>
</tr>
<tr>
<td>CRSP</td>
<td>890,003</td>
<td>327,970</td>
</tr>
<tr>
<td>Progresso</td>
<td>52,550</td>
<td>197,075</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros</td>
<td>12,088</td>
<td>20,771</td>
</tr>
<tr>
<td>Total Outros Créditos a Receber</td>
<td>2,194,333</td>
<td>2,456,565</td>
</tr>
</tbody>
</table>

A rubrica Parceiros KCIDADE é constituída, entre outros, pelo montante a receber da CCDR-LVT no valor de 479,891 Euros e do montante de 17,500 Euros a receber da SCML.

A rubrica AKES Moçambique é referente a um valor a receber da AKES Moçambique no âmbito de um empréstimo concedido a longo prazo pela Fundação Aga Khan Portugal a essa entidade, para a construção de uma Academia em Moçambique.

O valor na rubrica CRSP inclui um montante de 806,395 Euros do Banco Mundial – Educação.
Nota 8. Diferimentos

A rubrica Diferimentos no ativo inclui gastos com seguros e outros, a especializar no ano seguinte, no valor de 22,233 Euros (2016: 10,791 Euros).

Relativamente aos diferimentos passivos o saldo detalha-se como se segue:

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>2017</th>
<th>2016</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>KCIDADE</td>
<td>232,395</td>
<td>74,158</td>
</tr>
<tr>
<td>ECD</td>
<td>116,376</td>
<td>90,772</td>
</tr>
<tr>
<td>Projeto Alemanha</td>
<td>10,525</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>CRSP</td>
<td>522,364</td>
<td>1,018,055</td>
</tr>
<tr>
<td>IABIL</td>
<td>703,393</td>
<td>820,491</td>
</tr>
<tr>
<td>ICT</td>
<td></td>
<td>142,260</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>1,585,052</strong></td>
<td><strong>2,145,737</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

O montante acima indicado reflete rendimentos a reconhecer no exercício seguinte, em função de atividades associadas aos Projetos que irão ocorrer no ano de 2018.

Nota 9. Outros Ativos Financeiros e Caixa e Depósitos Bancários

Os Melos Financeiros Líquidos detalham-se como se segue:

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>2017</th>
<th>2016</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Caixa</td>
<td>1,870</td>
<td>1,885</td>
</tr>
<tr>
<td>Depósitos à ordem</td>
<td>4,270,575</td>
<td>4,826,459</td>
</tr>
<tr>
<td>Caixa e Depósitos Bancários</td>
<td>4,272,446</td>
<td>4,828,344</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros ativos financeiros</td>
<td>11,364,404</td>
<td>10,289,071</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total Melos Financeiros Líquidos</strong></td>
<td><strong>15,636,850</strong></td>
<td><strong>15,117,415</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Na rubrica Outros ativos financeiros estão registados os ativos financeiros detidos pela unidade portuguesa da Fundação, cujo valor de mercado ascende a 11,364,404 Euros a 31 de dezembro de 2017. Durante o exercício de 2017 foi reconhecido uma variação de justo valor no montante de 308,387 Euros (2016: 1,420,810 Euros) decorrente do valor de mercado desses ativos no final do período.
Nota 10. Fundos Patrimoniais

Os movimentos ocorridos no exercício nas rubricas dos Fundos Patrimoniais resumem-se:

- à aplicação dos resultados negativos do exercício de 2015 e 2016 na rubrica de reservas (1,186,613) Euros e 548,044 euros respectivamente;
- ao impacto cambial da conversão cambial inerente à sucursal da Fundação Aga Khan Portugal em Moçambique.

Nota 11. Outras dívidas a pagar

O total da rubrica Outras dívidas a pagar inclui os seguintes itens:

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>2017</th>
<th>2016</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Credores por acréscimos de gastos</td>
<td>797,124</td>
<td>421,724</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros credores</td>
<td>1,397,510</td>
<td>1,306,752</td>
</tr>
<tr>
<td>Total Outras dívidas a pagar</td>
<td>2,194,634</td>
<td>1,744,456</td>
</tr>
</tbody>
</table>

O saldo de Credores por acréscimos de gastos detalha-se como se segue:

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>2017</th>
<th>2016</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Remunerações a pagar</td>
<td>325,169</td>
<td>321,428</td>
</tr>
<tr>
<td>Auditoria PwC</td>
<td>21,051</td>
<td>6,778</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros</td>
<td>450,903</td>
<td>109,498</td>
</tr>
<tr>
<td>Total credores por acréscimos de gastos</td>
<td>797,124</td>
<td>437,704</td>
</tr>
</tbody>
</table>

A rubrica Remunerações a pagar reflete o gasto com férias e subsídio de férias a liquidar no exercício seguinte.

O saldo de Outros Credores detalha-se como se segue:

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>2017</th>
<th>2016</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>AKF Inter-companhias</td>
<td>103,013</td>
<td>34,036</td>
</tr>
<tr>
<td>K'CIDADE</td>
<td>62,408</td>
<td>71,287</td>
</tr>
<tr>
<td>ECD</td>
<td>90,032</td>
<td>122,110</td>
</tr>
<tr>
<td>Projeto Alemanha</td>
<td>26,818</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Academia em Moçambique</td>
<td>14,518</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CRSP</td>
<td></td>
<td>47,572</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros</td>
<td>1,100,720</td>
<td>1,031,747</td>
</tr>
<tr>
<td>Total Outros credores</td>
<td>1,397,510</td>
<td>1,306,752</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Este saldo inclui valores a regularizar entre a Fundação e entidades com quem estabeleceu protocolos, no âmbito do Programa de Infância e K'CIDADE. O Programa de Infância inclui valores adiantados pelo
Ministério da Solidariedade e da Segurança Social relativamente à comparticipação nos custos com os utentes do Centro Infantil dos Olivais.

A rubrica Outros inclui valores relativos a diferenças cambiais decorrentes da conversão dos valores recebidos do Banco Mundial.

**Nota 12. Serviços Prestados**

Os rendimentos provenientes de serviços prestados detalham-se como se segue:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Prestação de Serviços</th>
<th>ECD</th>
<th>KCIDADE</th>
<th>Total</th>
<th>Total</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Utentes do Centro Infantil</td>
<td>182,193</td>
<td>182,193</td>
<td>197,976</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Carta da Diversidade</td>
<td>7,100</td>
<td>7,100</td>
<td>0</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Outros</td>
<td></td>
<td></td>
<td>0</td>
<td>5,008</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>182,193</td>
<td>7,100</td>
<td>189,293</td>
<td>202,984</td>
</tr>
</tbody>
</table>

O montante correspondente aos utentes do Centro Infantil refere-se às mensalidades pagas pelas famílias das crianças que frequentam os serviços de creche, creche familiar e pré-escolar do Centro Infantil Olivais Sul. O montante referente à Carta da Diversidade inclui receitas das atividades desenvolvidas no âmbito desse projeto.

**Nota 13. Subsídios, doações e legados à exploração**

No âmbito da sua atividade, a Fundação estabelece parcerias com entidades governamentais ao abrigo das quais são formalizados acordos de parceria e protocolos de financiamento que incluem a concessão de subsídios. Esses subsídios caracterizam-se como subsídios de exploração na medida em que estão diretamente relacionados com a atividade operacional e programática da Fundação e financiam ações previamente acordadas pelas partes, constituindo-se por esse motivo como parte dos proveitos reconhecidos e apresentados nas demonstrações financeiras da instituição.

Para além dos financiamentos públicos, a Fundação celebrou outros contratos e acordos com outras entidades privadas e agências não-governamentais.
O quadro seguinte apresenta todos os financiamentos e donativos obtidos ao longo do ano:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Subsídios</th>
<th>2017</th>
<th>2016</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Portugal</td>
<td>Moçambique</td>
</tr>
<tr>
<td>Sua Altea o Aga Khan</td>
<td>4,540,532</td>
<td>885,487</td>
</tr>
<tr>
<td>Parceiros em Portugal</td>
<td>1,233,222</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Parceiros em Moçambique</td>
<td></td>
<td>6,716,694</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros</td>
<td></td>
<td>65,716</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>5,839,470</strong></td>
<td><strong>8,020,301</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

O quadro seguinte detalha todos os financiamentos e donativos obtidos para a intervenção em Portugal:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Subsídios</th>
<th>2017</th>
<th>2016</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>AKF</td>
<td>Centro Norte Sul</td>
</tr>
<tr>
<td>Sua Altea o Aga Khan</td>
<td></td>
<td>50,000</td>
</tr>
<tr>
<td>SCML</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>ISS</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CCDR-LVT</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IEPF</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>J B Fernandes Memorial Trust</td>
<td></td>
<td>62,421</td>
</tr>
<tr>
<td>Johnson &amp; Johnson</td>
<td></td>
<td>98,090</td>
</tr>
<tr>
<td>Cidadania Ativa</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>ACM</td>
<td></td>
<td>1,328</td>
</tr>
<tr>
<td>CML - GABIP</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CML - BIP ZIP</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Integra Câncer Viva</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Intesys Erasmus +</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Outros</td>
<td>7,248</td>
<td>42,188</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>7,248</strong></td>
<td><strong>50,000</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Os fundos provenientes de Sua Altea no valor total de 4,540,532 Euros destinaram-se a financiar os projetos de educação de infância, o K'CIDADE, um projeto desenvolvido na Alemanha através de uma organização local, um financiamento de 50,000 Euros ao Centro Norte Sul, no âmbito de um apoio à
investigação e ao desenvolvimento de iniciativas para a melhoria da qualidade de vida de populações em países em desenvolvimento e um financiamento para apoiar a construção da Academia em Moçambique.

No âmbito do K'CIDE, os valores recebidos resultam do estabelecimento de acordos de parceria e protocolos com as seguintes entidades:

- CCDR-LVT ao abrigo dos Contratos Locais Desenvolvimento Social 3G nos territórios de Vale de Alcântara, Pendão e Porto Salvo;
- Câmara Municipal de Lisboa, ao abrigo de Protocolo para coordenação do GABIP – Gabinete de Apoio Bairro de Intervenção Prioritária Almirantes Reis;
- Instituto do Emprego e Formação Profissional, no âmbito do Programa de Estágios Profissionais;
- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ao abrigo de uma parceria para desenvolvimento de trabalho conjunto nas freguesias do Beato e Penha de França;
- Johnson & Johnson, para desenvolvimento de trabalho na área dos idosos.

No âmbito do Programa de Educação de Infância, os valores recebidos resultam do estabelecimento de acordos de parceria e protocolos com as seguintes entidades:

- O Instituto de Segurança Social, no âmbito dos Protocolos de Cooperação para a comparticipação por criança no âmbito do desenvolvimento das respostas sociais de creche, creche familiar e pré-escolar no Centro Infantil Olivais Sul;
- Johnson&Johnson, ao abrigo de um protocolo de financiamento;
- JB Fernandes Memorial Trust I, ao abrigo de um protocolo de financiamento.

A rubrica Outros inclui donativos vários de particulares e de empresas ao Programa K'CIDE e ao Programa ECD.

O quadro seguinte detalha todos os financiamentos e donativos obtidos ao longo do ano para a intervenção em Moçambique:
<table>
<thead>
<tr>
<th>Subsídios</th>
<th>2017</th>
<th>2016</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>AKF Mac</td>
<td>CRSP</td>
</tr>
<tr>
<td>Sua Alteza o Aga Khan</td>
<td>885,487</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Entebbe Market Research</td>
<td></td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>AKF USA &amp; Fundação Cargill</td>
<td></td>
<td>66,538</td>
</tr>
<tr>
<td>AKF Canad @ Global Affairs Canada</td>
<td></td>
<td>498,199</td>
</tr>
<tr>
<td>Banco Mundial</td>
<td>2,908,505</td>
<td>476,153</td>
</tr>
<tr>
<td>Mitsui &amp; Co Europe PLC</td>
<td>32,610</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>AKF USA &amp; Dep Agriculura USA</td>
<td>427,200</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Fundação MASC</td>
<td>155,440</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Norgesvel</td>
<td>52,016</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Fundação La Caixa</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Carões Institute</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Embaixada do Japan</td>
<td>3</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Ministério dos Pescas para CBIG Project</td>
<td>146,436</td>
<td>146,436</td>
</tr>
<tr>
<td>FISDM</td>
<td>47,001</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>AKF UK para projeto CBIG</td>
<td>52,326</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Embaixada da Noruega</td>
<td>708,663</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Programa &quot;World Food&quot;</td>
<td>81,234</td>
<td>29,685</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros</td>
<td>418,120</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>885,487</td>
<td>4,659,587</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Os fundos provenientes de Sua Alteza no valor total de 885,487 Euros destinaram-se a financiar a estrutura administrativa da AKF Moçambique. Todos os restantes donativos recebidos dos diversos financiadores destinaram-se a financiar os projetos em curso em Cabo Delgado, destacando-se o Programa CRSP que mobilizou cerca de 60% do total dos financiamentos recebidos.
Nota 14. Fornecimentos e Serviços Externos

Os Fornecimentos e Serviços Externos detalham-se como se segue:

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>Gastos de estrutura</th>
<th>Programas Portugal</th>
<th>Programas Moçambique</th>
<th>Total 2017</th>
<th>Total 2016</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Subcontratos</strong></td>
<td>8,852</td>
<td>118,784</td>
<td>1,649,740</td>
<td>1,777,376</td>
<td>1,064,931</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Serviços especializados</strong></td>
<td>159,209</td>
<td>481,560</td>
<td>41,469</td>
<td>682,238</td>
<td>706,601</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Materiais</strong></td>
<td>25,421</td>
<td>26,393</td>
<td>1,147,464</td>
<td>1,199,481</td>
<td>318,294</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Energia e fluidos</strong></td>
<td>7,075</td>
<td>65,375</td>
<td>24,307</td>
<td>96,757</td>
<td>74,897</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Deslocações, estadas e transportes</strong></td>
<td>113,265</td>
<td>45,469</td>
<td>238,166</td>
<td>396,900</td>
<td>368,836</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Serviços diversos</strong></td>
<td>92,903</td>
<td>210,966</td>
<td>165,641</td>
<td>469,510</td>
<td>463,369</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td>406,725</td>
<td>948,749</td>
<td>3,266,788</td>
<td>4,622,262</td>
<td>2,996,928</td>
</tr>
</tbody>
</table>

O quadro seguinte detalha todos os Fornecimentos e Serviços Externos relativos à intervenção em Portugal:

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>ECD</th>
<th>K’CIDADE</th>
<th>Total 2017</th>
<th>Total 2016</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Subcontratos</strong></td>
<td>118,340</td>
<td>444</td>
<td>118,784</td>
<td>129,744</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Serviços especializados</strong></td>
<td>123,661</td>
<td>357,899</td>
<td>481,560</td>
<td>332,192</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Materiais</strong></td>
<td>13,819</td>
<td>12,776</td>
<td>26,595</td>
<td>18,800</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Energia e fluidos</strong></td>
<td>60,670</td>
<td>4,705</td>
<td>65,375</td>
<td>60,699</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Deslocações, estadas e transportes</strong></td>
<td>8,917</td>
<td>36,552</td>
<td>45,469</td>
<td>27,999</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Serviços diversos</strong></td>
<td>103,029</td>
<td>107,937</td>
<td>210,966</td>
<td>242,236</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td>428,436</td>
<td>520,313</td>
<td>948,749</td>
<td>811,669</td>
</tr>
</tbody>
</table>

A rubrica *Subcontratos* relativas ao ECD regista os gastos relativos a contratos para o fornecimento das refeições e limpeza no Centro Infantil Olivais Sul.

A rubrica *Serviços especializados* inclui contratos de prestação de serviços com pessoas singulares e coletivas no âmbito da atividade corrente dos vários projetos. Esta rubrica inclui os honorários das 6 amas a 31 de agosto de 2017, data em que a Fundação deixou de prestar esse serviço. Por orientação legislativa, a atividade das amas configura numa prestação de serviços e não num contrato individual de trabalho, sendo que em 2017 esta rubrica totalizou 27,443 Euros.
O quadro seguinte detalha todos os Fornecimentos e Serviços Externos relativos à intervenção em Moçambique:

<table>
<thead>
<tr>
<th>FSE</th>
<th>CRSP</th>
<th>IABIL</th>
<th>CUAMM</th>
<th>WANANA</th>
<th>Fund for Hunger</th>
<th>Progresso</th>
<th>ICT</th>
<th>Total</th>
<th>Total</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Subcontratos</td>
<td>130,869</td>
<td>85,016</td>
<td>29,665</td>
<td>17,746</td>
<td>476,153</td>
<td>540,359</td>
<td>369,662</td>
<td>1,649,740</td>
<td>925,187</td>
</tr>
<tr>
<td>Serviços especializados</td>
<td>30,744</td>
<td>5,148</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>5,577</td>
<td>41,460</td>
<td>74,631</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Materiais</td>
<td>865,837</td>
<td>298,410</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3,217</td>
<td>1,147,434</td>
<td>283,675</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Energia e fluios</td>
<td>17,102</td>
<td>7,205</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>24,307</td>
<td>12,104</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Deslocações, estudos e transportes</td>
<td>130,545</td>
<td>67,673</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>549</td>
<td>238,166</td>
<td>237,556</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Serviços diversos</td>
<td>128,236</td>
<td>35,623</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1,722</td>
<td>165,641</td>
<td>146,639</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td>**1,333,393</td>
<td><strong>478,505</strong></td>
<td><strong>19,685</strong></td>
<td><strong>17,746</strong></td>
<td><strong>476,153</strong></td>
<td><strong>540,359</strong></td>
<td><strong>369,662</strong></td>
<td><strong>3,266,788</strong></td>
<td><strong>1,689,772</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Os Programas em Moçambique incluem despesas várias de gestão e desenvolvimento dos projetos, sendo que em Serviços Diversos incluem-se os custos associados aos veículos.

**Nota 15. Gastos com Pessoal**

A Fundação contava a 31 de dezembro de 2017 com um total de 185 colaboradores remunerados, 85 em Portugal e 100 em Moçambique, distribuídos pelos vários Projetos da seguinte forma:

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>2017</th>
<th>2016</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>AKF Portugal - Administrativo</td>
<td>4</td>
<td>5</td>
</tr>
<tr>
<td>AKF Moçambique - Administrativo</td>
<td>14</td>
<td>13</td>
</tr>
<tr>
<td>ECD - Programático</td>
<td>46</td>
<td>46</td>
</tr>
<tr>
<td>KCIDADE - Programático</td>
<td>35</td>
<td>33</td>
</tr>
<tr>
<td>CRSP - Programático</td>
<td>73</td>
<td>97</td>
</tr>
<tr>
<td>IABIL - Programático</td>
<td>13</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total de colaboradores</strong></td>
<td><strong>185</strong></td>
<td><strong>196</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Os Gastos com Pessoal detalham-se como se segue:

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>2017</th>
<th>2016</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>AKF Portugal - Administrativo</td>
<td>459,602</td>
<td>387,293</td>
</tr>
<tr>
<td>AKF Moçambique - Administrativo</td>
<td>920,917</td>
<td>851,808</td>
</tr>
<tr>
<td>ECD - Programático</td>
<td>985,025</td>
<td>856,318</td>
</tr>
<tr>
<td>KCIDADE - Programático</td>
<td>967,000</td>
<td>1,021,192</td>
</tr>
<tr>
<td>CRSP - Programático</td>
<td>1,320,879</td>
<td>2,130,378</td>
</tr>
<tr>
<td>IABIL - Programático</td>
<td>284,598</td>
<td>61,799</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>4,935,021</strong></td>
<td><strong>5,308,789</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>
Em 2017 a composição dos órgãos sociais da Fundação era a seguinte:

Conselho de Administração, composto pelos seguintes membros:
- Presidente: Príncipe Karim Al Husseini, Sua Alteza o Aga Khan;
- Vogal - Guillaume de Spoelberch
- Vogal – Príncipe Amyn Aga Khan

Conselho Nacional composto pelos seguintes membros:
- Presidente: Carim Jafar
- Vice-presidente para Moçambique: Anil Abbas Hudda
- Membros: Sérgio Barroso, Ana Paula Fernandes, Amin Zainulabedin Rawjee, Rahim Firozali Samji


Todos os membros do Conselho de Administração e Conselho Nacional exercem as suas funções a título de voluntariado não remunerado.

Nota 16. Outros Rendimentos
Os Outros Rendimentos detalham-se como se segue:

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>2017</th>
<th>2016</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Diferenças de câmbio favoráveis</td>
<td>350,820</td>
<td>114,257</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros</td>
<td>790,790</td>
<td>372,450</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td>1,141,610</td>
<td>486,707</td>
</tr>
</tbody>
</table>

A rubrica Outros inclui valores obtidos de doadores para fazer face aos custos administrativos dos projetos desenvolvidos em Moçambique.

Nota 17. Outros gastos
Os gastos ocorridos no decurso de 2017 detalham-se como se segue:
<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>2017</th>
<th>2016</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>K'CIDADE</td>
<td>114,434</td>
<td>298,115</td>
</tr>
<tr>
<td>ECD</td>
<td>2,457</td>
<td>29,454</td>
</tr>
<tr>
<td>Projeto Alemania</td>
<td>26,818</td>
<td>92,500</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro Norte Sul</td>
<td>50,000</td>
<td>50,000</td>
</tr>
<tr>
<td>CRSP e IABIL</td>
<td>948,696</td>
<td>875,689</td>
</tr>
<tr>
<td>Academia em Moçambique</td>
<td>31,092</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Outros</td>
<td>325,841</td>
<td>833,089</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>1,499,338</strong></td>
<td><strong>2,178,846</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

- Os gastos do K'CIDADE incluem as ações desenvolvidas pelos parceiros da Fundação no âmbito dos CLDS, em cada território, bem como o financiamento à Direção Geral de Educação para o desenvolvimento do Programa Nacional de Educação Estética e Artística, entre outros;
- O valor de 26,818 Euros é relativo ao financiamento do Projeto “Creating dialogue between parents of migrant heritage and professionals in early childhood centres” desenvolvido na Alemanha em parceria com a International Academy for Innovative Pedagogy;
- O valor de 948,696 Euros referente aos projetos CRSP e IABIL diz respeito a custos associados à formação disponibilizada no âmbito das atividades programáticas.

Nota 18. Juros e rendimentos similares obtidos

A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos no valor de 2,437,33 Euros (2016: 396 Euros) corresponde aos juros dos fundos de investimento referidos na Nota 9.

Nota 19. Compromissos e Contingências

Ativos contingentes

A Fundação não apresenta à data do balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, ativos contingentes.

Passivos Contingentes

A Fundação não apresenta à data do balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, passivos contingentes.

Nota 20. Eventos subsequentes

Não se verificaram eventos subsequentes com impacto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.
Nota 21. Proposta de aplicação do resultado líquido do período

O Conselho Nacional propõe que o resultado líquido positivo do período, no montante de 3,594,791 Euros, seja transferido para Reservas.

Lisboa, 30 de abril de 2017

[Assinaturas]

O Presidente do Conselho Nacional
Karim Jafar

O Diretor Executivo
Karim Merali

O Contabilista Certificado
Karim Shamsudin
Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Fundação Aga Khan Portugal (a Fundação), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 35.027.806 euros e um total de fundos patrimoniais de 31.107.772 euros, incluindo um resultado líquido de 3.594.791 euros), a demonstração dos resultados por naturezas a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Fundação nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos no termo do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

a) preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
e) avaliação da capacidade da Fundação de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões econômicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido à fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido à fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conflito, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Fundação;

c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Fundação para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Fundação descontinue as suas atividades;

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão.

**Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

17 de maio de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

[Assinatura]

João Rui Fernandes Ramos, R.O.C.
Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas

1. Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de atividades e as demonstrações financeiras apresentadas pelo Conselho Nacional da Fundação Aga Khan Portugal relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

2. No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Fundação. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Fundação e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

4. No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a Demonstração de fluxos de caixa e o correspondente Anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Fundação, dos seus resultados e dos fluxos de caixa;

ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;

iii) o Relatório de atividades é suficientemente esclarecedor da evolução da atividade e da situação da Fundação evidenciando os aspetos mais significativos;

iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

5. Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho Nacional e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

i) seja aprovado o Relatório de atividades;

ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;

iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.
Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho Nacional e a todos os colaboradores da Fundação com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

17 de maio de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

representada por:

[Signature]

João Rui Fernandes Ramos, R.O.C.